

Trajetória de luta: mulheres imigrantes italianas anarquistas.

Autores: Ines M. Minardi

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A busca de uma sociedade mais justa, com o trabalho organizado pelos próprios trabalhadores, sem as instituições políticas que definem o Estado e contra o instituto da propriedade privada que gera a miséria aviltante da grande maioria, tem sido a utopia dos anarquistas em todas épocas. Os libertários desejavam uma transformação completa da sociedade, com solidariedade, liberdade, fim da violência, das religiões, dos governos, dos parlamentos, das polícias, dos exércitos, de todas as instituições consideradas autoritárias. Entretanto, estas modificações não poderiam ser impostas pela violência, mas deveriam ser desejadas e alcançadas pela vontade dos homens e, aos anarquistas, caberia a tarefa de transformar os homens¹.

No Brasil, o movimento teve início com a imigração europeia que desembarcou com tradições, valores culturais e determinação para definir sua própria identidade. O movimento operário em São Paulo, no fim do século XIX e início do século XX, não pode ser reduzido ao movimento anarquista, considerando-se que a experiência dos trabalhadores paulistas envolveu comportamentos e ideários políticos diferentes. Podem-se citar os anarquistas, os socialistas, mais tarde os comunistas e o sindicalismo revolucionário. Este último funcionou como um movimento operário autônomo em relação aos demais. Consistiu em uma evolução em defesa do sindicato, tido como o único órgão capaz, para garantir as conquistas dos trabalhadores. Defendeu a luta de classes, a autonomia operária associada à autonomia sindical e, sobretudo, a neutralidade política do sindicato. O critério para participar do sindicato, consistia em ser trabalhador e não, socialista, anarquista, ou de qualquer outra tendência. Para os

¹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1980-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

anarquistas, o sindicato era para ser combatido, ou instrumentalizado como espaço de propaganda anarquista que no futuro desapareceria juntamente com as instituições burguesas. Ao que se convencionou chamar anarco-sindicalismo ou sindicalismo libertário. Enquanto os sindicalistas sonhavam com uma federação de sindicatos, os anarquistas idealizavam uma federação de indivíduos².

Vários jornais operários foram fundados por grupos articulados de libertários e socialistas, com intuito de estimular a resistência nos locais de trabalho, fazendo denúncias de exploração e registros dos avanços e recuos na luta diária. Em 1908, o único jornal libertário, em São Paulo, era o *Terra Livre*; nele, o redator esclareceu que o objetivo dos anarquistas no Brasil, *era o despertar das consciências e não de organização dos trabalhadores, visto que a nossa única organização possível é aquela que resulta da publicação de jornais.*³

Alguns desses periódicos tornaram-se mais conhecidos e perduraram por mais tempo, mas todos refletiram o mesmo sonho: mudar a vida, transformando o universo do trabalho humilhante e embrutecido em um mundo, não só justo estimulante, como também feliz. Para alcançar o intento, as estratégias usadas iam da sabotagem de produção à destruição de equipamentos, quando não terminavam numa greve geral. Essa luta cotidiana, liderada pelos homens, contava inicialmente com a participação das trabalhadoras operárias, fascinadas pelos discursos libertários defensores dos direitos da mulher iguais aos do homem, do amor livre, da maternidade voluntária e de uma sociedade mais justa.⁴

Mesmo representando uma minoria, as mulheres eram combativas, participativas e se expunham em manifestações públicas ao lado dos homens. Entretanto, havia um

² PASCAL, Maria Aparecida: *A pedagogia Libertária, um resgate histórico.* In: *Educar para o trabalho: estudos sobre os novos paradigmas.* São Paulo, Editora Arauco, 2006. pp.101-110

³ TOLEDO, Edilene: *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.79

⁴ Idem, p.85

número reduzido de prontuários policiais de mulheres, na participação feminina anarquista, explicável provavelmente por constituírem junto com as crianças, a maioria nas fábricas têxteis e por oferecerem dificuldades para serem organizadas. Em contrapartida, a sociedade burguesa tentava instituir novos hábitos e valores - no povo considerado incivilizado, imoral, sujo e promíscuo - a partir das fábricas, passando pela higienização das moradias e dos papéis sociais.

À nova mulher, estava reservado o sagrado papel de esposa devota, dona de casa impecável e mãe extremosa. Se rica, deveria ser educada e formada para as prendas domésticas; quando pobre, o trabalho fora de casa não deveria ultrapassar os limites impostos pela moralidade da burguesia que valorizava radicalmente a virgindade.

Esse caldo social, se por um lado inibia os movimentos femininos, reduzindo o espaço público para sua atuação, principalmente o trabalho noturno considerado imoral, por outro, incentivou algumas ativistas a enveredar para política partidária e política sindical. O movimento feminista não se circunscreveu às operárias e trabalhadoras despreparadas; os poucos registros da época demonstram a participação de mulheres socialmente privilegiadas que deixaram assinaladas suas lutas em cartas, diários, livros, artigos, campanhas influentes junto aos políticos, na busca de soluções para a disparidade de direitos entre os sexos⁵

Ainda que a motivação básica da burguesia e do proletariado num primeiro momento pareça similar, a análise à distância nos remete à luta por demandas diferentes; as operárias eram impelidas por condições aviltantes e desumanas de trabalho, enquanto as mulheres da classe socialmente favorecida, ligadas à Revista

⁵ Idem

Feminina, buscavam o direito político e o de poder ocupar o espaço público com oportunidades iguais às dos homens.⁶

A condição de opressão da mulher em geral foi tema da imprensa anarquista por jornalistas, escritoras e educadoras que se destacaram pela atuação em defesa da causa feminina. No início do século XX, Ernestina Lesina, anarquista, dedicada à defesa das mulheres operárias, foi uma das fundadoras do jornal operário *Anima Vita* em São Paulo. Considerada uma brilhante oradora junto aos trabalhadores, defendeu a emancipação das mulheres e da classe operária. Participou da formação da Associação de Costureiras de Sacos, em 1906, lutando pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical. Este fato de as mulheres trabalhadoras terem tido um papel decisivo nas greves de 1901 a 1917, denunciando os maus tratos e exploração das costureiras e têxteis, foi digno de registro. Outra mulher de destaque na luta dos trabalhadores foi Maria Lopes; operária paulista, juntamente com outras anarquistas, como Teresa Carini e Teresa Fabri, assinaram, em 1906, um Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo, publicado no jornal anarquista *A Terra Livre*, incentivando as costureiras a denunciarem as condições degradantes de vida, as longas jornadas de trabalho e os baixos salários.⁷

As feministas que mais se destacaram, no exercício de conscientização da mulher de todas as classes, por organizar palestras, cursos educativos e a fundação da Federação Internacional Feminina, foram: Maria Lacerda de Moura, Josefina Stefani Bertacchi, Matilde Grassi, Maria de Oliveira, Maria S. Soares, dentre outras. Propuseram a emancipação do papel da mulher na sociedade, para a transformação da realidade cotidiana. Ao rebater as concepções masculinas sobre a inferioridade

⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

⁷ MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder*. São Paulo, Edusp, 2003.

biológica da mulher, Maria Lacerda de Moura afirmou que a mulher não *nasceu exclusivamente para ser mãe, para o lar, para brincar com o homem, para diverti-lo*,⁸ enquanto Matilde Grassi propôs instrução à mulher operária, como arma contra a exploração das classes dominantes, do capital e do poder da Igreja.

Em defesa da condição feminina, Maria Lacerda de Moura assim se expressou:

*Até aqui, temos vivido a civilização uni-sexual, a mulher não passou de espectador no cenário da vida”... “E o homem continua a querer entrar-lhe os movimentos e, portanto, a cercar-lhe o progresso. A mulher só tem direito de sair, de se locomover se vai trabalhar, ganhar dinheiro. Continua dando conta ao homem de todos os seus passos e até do seu salário. É outra espécie de exploração. É o cafetismo em família.*⁹

Em agosto de 1922, várias operárias da Fábrica Santa Branca foram despedidas por reclamarem contra o controle do tempo de ir ao banheiro. Indignadas, um grupo de operárias resolveu entrar em greve no dia 27 de agosto. Registrou-se um conflito nos portões da fábrica entre as operárias em greve e as demais que se opunham a esse grupo.

O universo das lutas libertárias não se limitou apenas à defesa dos direitos no campo do trabalho, mas também ao uso do raciocínio feminino, do amor de livre escolha, da preservação das mulheres e crianças fora do trabalho estafante e humilhante das fábricas, da alienação perante os padrões sociais e morais impostos pela classe dominante.

As lutas incluíram a condenação das atividades festivas por suas implicações com o fumo, bebidas, farras, frequência a bordéis, jogo, como forma de preservar o trabalhador lúcido, do desgaste físico e moral para a causa anarquista, que buscava de maneira ferrenha a realização de sua utopia de construção de um mundo melhor, mais humano e mais justo, no qual todos pudessem viver mais felizes. Curiosamente, sob este aspecto, o discurso anarquista se confundia com o discurso da burguesia que via, na condenação dessas práticas, a possibilidade de enquadramento aos métodos de moralização, organização e higienização do proletariado. Higienistas sociais e alguns industriais defendiam, como solução para o controle físico, moral e ideológico da população trabalhadora, a construção de casas confortáveis e baratas por acreditarem que os

⁸ RAGO, Margareth, Op.cit.,1997 p.97

⁹ RAGO, Margareth ,Op.cit.,1997. p.100-101

operários se apegariam mais ao desempenho de seu trabalho e às suas casas nos momentos de lazer. Nessa concepção, foram construídas as vilas operárias.¹⁰

Cada uma das classes, na busca da realização de suas próprias utopias, somou, ao longo do tempo vitórias e derrotas concomitantes, na medida em que os trabalhadores se acomodaram aos valores da classe burguesa e esta cedeu às exigências dos proletários.

De acordo com a análise de Céli Regina Jardim Pinto, o desenvolvimento do feminismo no Brasil apresentou três vertentes distintas. A primeira, considerada a mais forte por ser a mais organizada e abrangente, foi liderada por Berta Lutz que defendia a incorporação da mulher aos direitos políticos, sem, contudo alterar a posição do homem; foi apreciada como a face bem-comportada do feminismo da época. A segunda vertente, denominada pela autora como feminismo difuso, o menos comportado, expressou-se na imprensa feminista alternativa, composta por mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas... *defendem a educação da mulher e falam na dominação dos homens e no interesses deles em deixar a mulher fora do mundo público*, bem como abordam o grande tabu da época, a sexualidade e o divórcio. A terceira vertente, a menos comportada de todas, composta por anarquistas e socialistas, defendeu a liberação da mulher, condenou a exploração do trabalho e teve, na liderança, a já citada Maria Lacerda de Moura.¹¹ Foi professora nas Escolas Modernas e nas Universidades Populares, mineira, conferencista e escritora. Em 1925, escreveu um livro, *Lições de Pedagogia* no qual preconizava a guerra ao analfabetismo: *eduquem a Mulher, despertem sua consciência, iluminem sua clarividência moral e ela reformará o mundo*.¹² A crítica era endereçada principalmente aos anarquistas que, em suas manifestações orais e escritas, não

¹⁰ PETRONE, Maria Tereza *S.Imigração In: O proletariado Industrial na Primeira República. (Cap.III)s/d*

¹¹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003 pp.14-15

¹² http://mail_b.uol.com.br/cgi-bin/webmail :Uma face do anarquismo feminista no Brasil (p.4)

mencionavam o nome das companheiras de luta. A falta de citação da importante contribuição das mulheres por vários autores, intelectuais e até anarquistas, foi uma falha considerada comum, que revelou a incongruência do discurso libertário em relação à prática.

Outras personalidades feministas não menos interessantes, pertencentes à outra linha de ação, em 1910, a professora Leolinda Daltro e a poetisa erótica Gilka Machado, fundaram o Partido Republicano Feminino, quando os direitos políticos das mulheres ainda não haviam sido reconhecidos, constando, no Regimento, a preocupação central com a emancipação da mulher, o despertar do sentimento de independência, patriótico e solidário; o reconhecimento e incorporação nos dispositivos constitucionais de seus direitos de cidadania e o combate de toda e qualquer exploração relativa ao sexo; a antecipação do movimento feminista que só veio a ocorrer meio século mais tarde. O Partido Republicano Feminino desapareceu no final da década em que foi criado, ocasião em que Bertha Lutz retornou de Paris, em 1918, influenciada pelas feministas do hemisfério norte, organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Este, considerado a célula mater do feminismo da época, vindo a se multiplicar pelo país na década de 20. Formada em Biologia na Sorbonne, filha do cientista Adolfo Lutz e de uma enfermeira inglesa, ocupou o cargo de bióloga por concurso público, no Museu Nacional. Em 1934, formou-se em Direito no Brasil, vindo a destacar-se nesta área. Contribuiu em vários jornais, representou o Brasil na Europa e nos Estados Unidos, no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher, nos Estados Unidos. Reconhecida, respeitada fora e internamente, com livre trânsito na elite política na qual contava com influentes aliados, por sua forma elegante e bem comportada de reivindicação. Organizou, em 1922, o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro e contou com a colaboração de um

grupo de mulheres, não menos preparadas e posicionadas socialmente, como Jerônima Mesquita, filha dos barões do Bonfim e Maria Eugênia Celso, filha do conde e historiador, Afonso Celso e neta do visconde de Ouro Preto, dentre outras, que se expuseram publicamente, por desafiarem os padrões da época. A maioria das mulheres que tiveram uma atuação de destaque na representação de seus Estados e na Federação Brasileira para o Progresso Feminino faziam parte da elite intelectual, social, econômica e profissional com influência sobre a elite política. Grande parte constituída de professoras, algumas advogadas, havia a primeira médica brasileira Francisca Frois, uma engenheira Carmem Portinho e a primeira aviadora Anésia Pinheiro Machado. Sómente em 1932, com o novo Código Eleitoral, as mulheres alcançaram finalmente o direito de votar e ser votada; porém, na tentativa de ser eleita para a Constituinte de 1934, Bertha não obteve o sucesso esperado; a Federação continuou a fazer pressão política no Congresso, para incluir novos direitos femininos, na Constituição de 1934. O golpe de 1937 ceifou as pretensões da Federação, tirando dela qualquer possibilidade de atuação, perdendo em decorrência o poder de influência nacional conquistado ao longo de décadas.¹³

Na imprensa, o *Jornal das Senhoras*, foi possivelmente redigido pela primeira mulher considerada jornalista no Brasil, Candida do Carmo Souza Menezes. Assim como, Francisca Senhorinha Motta Diniz fundou o primeiro jornal para divulgar a *causa das mulheres* e alertou para os riscos da ignorância feminina sobre seus direitos no casamento, aconselhando, como solução para emancipação, a educação das mulheres.¹⁴

Em Bagé, no interior do Rio Grande do Sul, em 1898, Andradina de Oliveira, inaugurou um jornal com o sugestivo título *Pela Mulher*; durou nove anos, sendo

¹³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

¹⁴ Idem.

transformado numa revista. Tornou-se mais tarde uma escritora premiada na Exposição Nacional do Rio de Janeiro.¹⁵

Não obstante a colaboração da mulher na imprensa anarquista fosse significativa, o mundo masculino a incorporava ao espaço público apenas como companheira, operária, revolucionária e não como feminista. Enquanto as comportadas feministas lutavam pela inclusão política sem fazer acusações e denúncias aos homens, as anarquistas dirigiam seus petardos contra a opressão, exploração e dominação patronal, apontando o capitalismo como o grande responsável.¹⁶

O significado da educação libertária reportava à ausência de dogmas, ao uso da razão, à confiança do homem em si mesmo, sem recorrer a interpretações mágicas sobre a existência.¹⁷

Outro componente importante na concepção libertária era a educação integral, considerada revolucionária por inserir o trabalho manual ao trabalho intelectual sem hierarquização das tarefas.

A cultura para os libertários *sempre foi tida como instrumento que deveria ser utilizado para a conquista da transformação social que levaria à constituição de uma sociedade anárquica*.¹⁸ Vale lembrar que durante as décadas de 20 a 40, os anarquistas disputaram o espaço com os socialistas e os comunistas, por vezes confundindo-se com os demais, no tocante à defesa dos interesses dos operários e que mesmo contrariando seus princípios filosóficos, partiram igualmente para a luta.¹⁹

¹⁵ Idem.

¹⁶ PASCAL, Maria Aparecida: *A pedagogia Libertária, um resgate histórico*. In: *Educar para o trabalho: estudos sobre os novos paradigmas*. São Paulo, Editora Arauco, 2006.

¹⁷ Idem, p.15. In: TIANA, Alejandro Ferrer, 1987. *Educacion libertária y revolucion social(Espana 1936-1939)*. Madrid: U.N.E.D.

¹⁸ ENDRICA, Geraldo. *Práticas libertárias do centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933/35 1947/51)*. São Paulo, Edusp Cad. Nº 8/9 , 1998.

¹⁹ PARRA, Lucia S. *Combates pela liberdade: o movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924/1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BIBLIOGRAFIA

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Italianos: história e memória de uma comunidade*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2006 (Série Lazuli Imigrantes no Brasil, Coordenadora Maria Luiza Tucci Carneiro)

ENDRICA, Geraldo. *Práticas libertárias do centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933/35-1947/51)*. São Paulo, Edusp Cad. Nº 8/9, 1998.

FREGONI, Olga Regina. *Educação e resistência anarquista em São Paulo: a sobrevivência das práticas da educação libertária na Academia de Comércio Saldanha Marinho (1920-1945)*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP. 2007.

GATTAI, Zélia. *Cittá di Roma*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

HECKER, Alexandre. *Um Socialismo Possível: a atuação de Antonio Picarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

http://mail_b.uol.com.br/cgi-bin/webmail :Uma face do anarquismo feminista no Brasil (p.4)

MATOS, Maria Izilda. *Trama e poder*. São Paulo, Edusp, 2003.

MARTINS, Angela Maria Roberti. *Pelas Páginas Libertárias: Anarquismo, Imagens e Representações*. Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

MORAES, Fernando. *OLGA: A vida de Olga Benário Prestes, judia, comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*. São Paulo Editora Companhia das Letras, 2002

PARRA, Lucia S. *Combates pela liberdade: o movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924/1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. *Jornal a Plebe*.

PASCAL, Maria Aparecida. *A pedagogia Libertária, um resgate histórico*. In: *Educar para o trabalho: estudos sobre os novos paradigmas*. São Paulo, Editora Arauco, 2006.

PETRONE, Maria Tereza S. *Imigração In: O proletariado Industrial na Primeira República. (Cap.III) s/d*

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1980-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

RODRIGUES, Edgar. *A nova aurora libertária. 1945-1948*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.

SCHWARTZ, Rosana. *Cultura Anarquista*. Instituto de Cultura Libertária. Caderno nº 8. São Paulo. 1999.

TOLEDO, Edilene: *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Prontuários DEOPS-SP:

nº195 : Isa Rutti.

nº 327: Maria Alles

nº 857: Maria Lacerda de Moura

nº 2599: Isabel Cerrutti,.